

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

ATA Nº 8 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 1 DE FEVEREIRO DE 2019

No primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre dos Paços do Município, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, coadjuvado pelos membros Anabela de Sousa Campos Santos Carvalho e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, primeiro e segundo secretários, respetivamente. Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

- Membros eleitos diretamente:

António Luís Carrapa Sarmento; José António Amaro Nunes; Sara Maria Paiva da Guia; João Miguel Oliveira Sarmento; Liliana Matias Soares; Manuel Leite dos Santos; Liliana Luísa Dias Monteiro; Carlos Alberto Moura Cabral; Tiago José Gomes Ildefonso e Pompeu Ventura Sorrilha.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceram os seguintes membros:

- Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite, José Manuel Andrade Oliveira e Manuel do Carmo Ferreira.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra não tendo comparecido o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Técnica Superior, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2017 - 2021.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por cumprimentar os membros da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, e todos os cidadãos presentes, tendo chamado a atenção do público para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento do período de intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

❖ Apreciação e votação da ata nº 7 da sessão ordinária de 10.12.2018;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Informações.

❖ PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Discussão e votação das propostas dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU's) da sede do Concelho, de Ucanha e Gouviães, de Salzedas, de S. João de Tarouca e do Outeiro;
2. Discussão e votação da proposta de aceitação da transferência de novas competências para os órgãos municipais, ao abrigo dos diplomas setoriais que concretizam o respetivo quadro de transferência, aprovado pela Lei nº 50/2018, de 16.08;
3. Discussão e votação do acordo de regularização de dívida pela prestação de serviços de abastecimento de águas residuais a celebrar com a sociedade "Águas do Norte, SA", nos termos do Dec. Lei nº 5/2019, de 14.01;
4. Discussão e votação do pedido de autorização para constituição da Associação de Municípios de fins específicos denominada "Águas do Douro Sul - Associação de Municípios";
5. Apreciação e votação da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da receita e da despesa e às Grandes Opções dos Plano para 2019;
6. Discussão e votação do pedido de reconhecimento de interesse público municipal respeitante à instalação de uma unidade industrial de engarrafamento de água mineral natural, no lugar da Saissa, em Várzea da Serra, pela empresa "WR-WATER RESOURCES, LDA";
7. Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Douro II Douro Sul (alínea b) do nº1, do art. 31º, do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22.02);
8. Apreciação das declarações emitidas ao abrigo do nº 1 do art. 15º da Lei nº 8/2012, de 21.02:
 - a) compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2018 - declaração;
 - b) recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018 - declaração;
 - c) pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018 - declaração.
9. Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - Informação referente ao período de 28.11.2018 a 22.01.2019;
10. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2° momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N° 7 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 10.12.2018

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número sete da sessão ordinária de dez de dezembro de dois mil e dezoito, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro **Carlos Alberto Moura Cabral** solicitou as seguintes alterações:

- Folha seis, onde se lê "(...)morar(...)", deverá ler-se "(...)moral(...)";
- Folha nove, onde se lê "(...)contudo se a nossa sociedade(...)", deverá ler-se "(...)contudo se a nossa dívida(...)";
- Folha dez, onde se lê "(...)no dia da navalha(...)", deverá ler-se "(...)no fio da navalha(...)";
- Folha vinte e dois: onde se lê "(...)devem se4r(...)", deverá ler-se "(...)devem ser(...)"; onde se lê "(...)estudas(...)", deverá ler-se "(...)estudos(...)".

Não tendo sido apresentadas outras alterações, procedeu-se à votação da ata número sete da sessão ordinária de dez de dezembro de dois mil e dezoito, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com a introdução das alterações solicitadas pelo membro Carlos Alberto Moura Cabral.

Não participaram na aprovação da ata os membros José António Amaro Nunes e Liliana Matias Soares, por não terem estado presentes naquela reunião.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: INFORMAÇÕES

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou por explicar que esta sessão foi convocada para o início do mês de fevereiro, ao contrário do que é habitual, o que se deveu ao facto de o prazo de não aceitação das transferências de competências para o Município terminar no início do corrente mês, pelo que, desta forma, se evitou a convocação de uma sessão extraordinária.

Destacou de seguida a seguinte correspondência recebida, salientando que a Mesa da Assembleia faz sempre todos os esforços para estar presente nos eventos para que são convidados:

- Cartões de Boas Festas de diversas Instituições;
- Associação dos Moradores de Arguedeira - convite para a ceia de Natal;
- Agrupamento de Escolas de Tarouca - convite para o almoço de Natal e para as Festas de Natal;

▪ Sport Clube de Tarouca - convite para o convívio de Natal;

▪ Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - convites para o Jantar convívio de Natal e para as suas Festas de Natal;

▪ Associação Cultural e Recreativa de Gondomar - convite para Jantar de Natal e para o Presépio ao Vivo;

▪ Junta de Freguesia de Salzedas - Convite para a XXXVIII edição do "Encontro de Cantadores de Janeiras";

▪ Agrupamento 1006 de Tarouca do Corpo Nacional de Escutas - convite para a cerimónia das promessas;

▪ Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - convite para a cerimónia de tomada de posse dos seus órgãos sociais;

▪ Associação Sociocultural de S. João de Tarouca - Convite para a Festa de S. Brás 2019;

▪ Instituto Nacional de Estatística - envia informação estatística sobre o Município de Tarouca, respeitante à respetiva caracterização socioeconómica, que também está disponível no portal do INE;

▪ Assembleia Municipal de Viseu - Enviou moção pela rápida construção do Serviço de Radioterapia do Hospital de S. Teotónio de Viseu;

▪ Convite da CIM Douro para as comemorações dos 17 anos do aniversário do reconhecimento do Alto Douro Vinhateiro como património mundial da UNESCO, em cerimónia realizada em Santa Marta de Penaguião;

▪ Convite da CIMDouro para a comemoração do seu 10º aniversário, cuja cerimónia teve a intervenção de diversas entidades, das quais destacou as dos Senhores Presidente da CCDDR Norte e Secretário de Estado da Valorização do Interior, que abordaram essencialmente os problemas do interior. Nesta sessão, foram também homenageados os autarcas fundadores da CIM, entre eles o Senhor Mário Ferreira, ex-presidente da Câmara Municipal;

Informou ainda que foi realizada uma reunião da Comissão Permanente, no dia vinte e dois de janeiro findo, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, para explicar a posição da Câmara Municipal sobre a questão da transferência de competências para o Município, a quem agradeceu a disponibilidade e a explicação dada.

Comunicou que foram apresentadas justificações escritas de falta a esta sessão pelos membros Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite e José Manuel Andrade Oliveira, as quais foram aceites pela Mesa e serão arquivadas sob os números catorze e quinze do maço de documentos número um do livro de atas número doze. O membro Manuel do Carmo Ferreira justificou a sua ausência por telefone, o que também foi aceite pela Mesa.

Referiu que também participou na reunião da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), no dia vinte e



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

cinco de janeiro, em Castro Daire, a qual teve o objetivo primordial de avaliar o papel e o funcionamento das Assembleias Municipais e as suas dificuldades no cumprimento do que está consagrado na Constituição da República, quer por falta de legislação, quer pela própria prática habitual.

Explicou que esta Associação visa sobretudo valorizar o papel das Assembleias Municipais na organização democrática dos Municípios e apoiar juridicamente as mesmas sempre que for necessário.

Prosseguiu dizendo que este Município ainda não integra aquela Associação, apesar de já muitos a integrarem, referindo que a Mesa da Assembleia entendeu que também este órgão deveria integrá-la, questão que também foi abordada pelo membro Carlos Alberto Moura Cabral, na última sessão. Neste contexto, apresentou a proposta de recomendação que a seguir se transcreve, a qual foi lida em voz alta:

"RECOMENDAÇÃO

Considerandos:

- 1) Resulta do art.º 235.º, n.º 1 da CRP que a organização democrática do Estado português compreende, também, a existência de municípios;
- 2) Tais municípios, de acordo com o mesmo art.º 253.º da CRP, podem constituir associações para a administração de interesses comuns;
- 3) Mais especificamente, podem os municípios constituir, alternativamente, associações de fins específicos, nos termos dos arts. 108.º a 110.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que consagra o regime jurídico das autarquias locais, as quais constituem pessoas coletivas de direito público, ou puras associações de direito privado, nos termos consagrados na Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que consagra o regime jurídico das associações representativas de municípios e das freguesias;
- 4) Concretamente em relação às associações de direito privado de municípios disciplinadas pela referida Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, decorre do estatuído no seu art.º 1.º que é passível aos municípios associarem-se para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central;
- 5) Determina ainda o art.º 2.º da mesma Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que tais associações podem constituir-se como pessoas coletivas de direito privado, nos termos da lei civil;
- 6) A ANAM, enquanto associação de direito privado que é, rege-se, entre o mais, portanto, pelo estipulado nos art.ºs 157.º e seguintes do Código Civil;
- 7) De acordo com o art.º 2.º, n.º 1 dos seus estatutos, constitui objeto da ANAM a valorização do papel das assembleias municipais na organização democrática dos

municípios (de onde aqui também resulta, a contrário *sensu*, que não nos deparamos com um exemplo de associação de municípios de fins específicos prevista nos arts. 108.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

8) A valorização que se pretende, com efeito, é algo mais profundo e complexo, que passa por revisitar o espírito democratizante da Constituinte de 1975-1976, e daí alicerçar uma maior salvaguarda do papel da assembleia municipal enquanto verdadeira "casa da democracia" no âmbito local;

9) "Casa da democracia" essa que tutela um poder partilhado, interdependente e sucessivamente fiscalizado, reflexo de comunidades maduras e civicamente engajadas;

10) A adesão a uma associação de direito privado de municípios que tem em vista a representação institucional dos seus associados - e aqui especificamente a adesão à ANAM - encontra-se dependente do acordo prévio do município;

11) A deliberação da adesão a uma associação deste cariz constitui "(...) uma competência tipicamente reservada à assembleia municipal (...)" - cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, Vol. II, Coimbra Editora, 2010, p. 768;

12) Todavia, uma vez que o que se pretende é representar institucionalmente o município a deliberação de adesão deste deve, na senda da boa jurisprudência das cautelas, ser uma deliberação de valor reforçado, o qual será obtido mediante a pronúncia dos dois órgãos que compõe a pessoa coletiva município - o órgão executivo e o órgão deliberativo;

13) Para tanto, dever-se-á observar uma tramitação inspirada naquela necessária para se proceder à adesão a uma associação de municípios de fins específicos, por ser esta aquela que especificamente exige a pronúncia favorável dos dois órgãos;

14) Por conseguinte, deve em primeira linha a assembleia municipal recomendar à câmara municipal que esta delibere a participação do município neste projeto que é a ANAM, para que então, o executivo municipal proponha à assembleia municipal que esta delibere definitivamente a adesão à ANAM;

15) De igual forma, aquando da deliberação a ser formulada pelo executivo municipal, este oportunamente, de acordo com o estipulado no art.º 33.º, n.º 1, al. oo) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designaria como representante do município na ANAM, atendendo aos estatutos ora em vigor desta associação de direito privado de municípios, o presidente da assembleia municipal.

Proposta:



Fl.

063

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL****2019.02.01**

1) Recomenda-se à câmara municipal que esta delibere a participação do município na ANAM, com uma quota anual de € 1,000,00 (mil euros).

Tarouca, 1 de fevereiro de 2019.

O Presidente da Assembleia Municipal,

a) Rui Manuel Costa Pereira"

Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a presente recomendação à votação do plenário, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Verificando-se, de seguida, que não houve inscrições para o 1º momento do período de intervenção do público, passou-se à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Manuel Leite dos Santos** - Agradeceu as manifestações que tiveram para com ele acerca do seu estado de saúde, que o impediu de estar presente na última sessão da Assembleia. Solicitou os seguintes esclarecimentos, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista:

1 - Ponto de situação da iluminação pública LED, uma vez que lhe parece que não está ainda concluída a respetiva colocação;

2 - Qual o motivo de haver ao longo das estradas do Concelho inúmeros pontos de luz apagados;

3 - Se há algum protocolo com uma empresa de conservação da rede de iluminação pública, que vise ter em atenção a substituição de lâmpadas apagadas;

4 - Se a Autarquia tem prevista alguma candidatura aos fundos comunitários que vise combater as fugas de água na rede de abastecimento público, a qual lhe parece ser muito antiga e que urge substituir, porque se nada de fizer a dívida à empresa Águas do Norte continuará a aumentar.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Manifestou o seu desagrado sobre o programa nacional de investimentos 2030, pois, mais uma vez, entende que os políticos têm um discurso e depois na prática fazem o contrário. Efetivamente, falam muito do interior, mas o que se prevê naquele programa é que apenas cinco por cento do total das verbas se destinem ao interior, e tudo o restante vá para o litoral, o que lamentou profundamente.

Quanto às lâmpadas apagadas, lembrou que essa foi uma medida do Executivo anterior, na mesma altura em que desligaram a luz durante grande período da noite, e se o Executivo agora quiser voltar a ligá-las, tem que pagar um valor à EDP por cada uma.

No que respeita aos LEDS, disse que a sua implementação está em bom andamento.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Referiu que a macroeconomia gera expectativas, tanto a nível nacional, como local, entendendo que é muito importante que se gerem expectativas positivas. Contudo, salientou a volatilidade das expectativas, tendo dado como exemplo o facto de no último relatório do Banco de Portugal de outubro último, se referir que todas as metas e objetivos do Governo seriam conseguidos, e no de dezembro já se preverem expectativas negativas.

Considera que há três situações que a todos devem preocupar, por poderem afetar a economia nacional e consequentemente a local, e que são as seguintes:

- O Brexit, por não estarmos preparados para essa situação;
- A guerra comercial instalada entre os Estados Unidos e a China;
- A subida da taxa de inflação nos Estados Unidos, que pode provocar uma subida da taxa de juro.

Tendo em conta o acordo a celebrar com a empresa Águas do Norte, constante do ponto três da ordem do dia, perguntou se o Executivo já começou a preparar um plano estratégico para o Concelho, relativamente às fugas de água, a fim de estas serem reduzidas.

Perguntou ainda quando serão iniciadas as obras dos Parques Ribeirinhos.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que teve a oportunidade de ver numa ata da reunião da Câmara Municipal de dezembro findo, que se prescindiu da hasta pública para venda de quatro lotes da área empresarial, por ter sido apresentada apenas uma candidatura para cada lote. Perguntou, por isso, se a estratégia estabelecida relativa à perspetiva de venda dos lotes e da afirmação da Área Empresarial como área estruturante do nosso Concelho, está a ser seguida e cumprida.

Referiu a importância da toponímia e da numeração de polícia, tendo em conta os problemas que têm ocorrido com as falhas na entrega da correspondência pelos CTT. Salientou que se lembra perfeitamente de ter entregue ao Senhor Vice-Presidente, para além do processo da sinalização vertical, o processo da toponímia e da numeração de polícia, quando o atual Executivo tomou posse, uma vez que já tinha sido iniciada a numeração de polícia, por uma empresa que tinha sido contratada na altura. Acrescentou que, independentemente do que aconteceu no passado, considera que este Executivo já teve mais do que tempo suficiente para corrigir aquilo com que não concordava, por isso gostaria que lhe fosse explicado o ponto de situação da toponímia e da numeração de polícia,



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

por ser uma situação de extrema necessidade para o Concelho.

Relativamente à questão das perdas da água, faz suas as palavras dos anteriores intervenientes, porque entende que quem gere um sistema de água em baixa tem de ter preocupações acrescidas relativamente às perdas, uma vez que se traduzem em aumento dos gastos com consumos, para além do aumento da despesa com o tratamento de águas residuais, pois também aumentam o respetivo caudal.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Referiu que o programa nacional de investimentos 2030, lançado há alguns dias, vem deixar o interior desprotegido e ao abandono, mostrando mais uma vez que os sucessivos Governos dizem uma coisa e depois fazem outra. Chega-se até a fazer movimentos para valorizar o interior, os quais ficam apenas pelas capitais de distrito, o que não é suficiente. Efetivamente, ficaram de fora investimentos que valorizariam o interior, tais como, o IC26, a Linha do Douro, e até o IP3. Perguntou, por isso, como é que os autarcas, e nomeadamente Tarouca, estão a pensar lidar com este problema e se estão a pensar fazer alguma pressão junto do Governo e da Assembleia da República no sentido de ser alterada a situação, para além do manifesto feito pela CIMDouro, o qual leu, mas que lhe pareceu muito *soft*. Espera que consigam a audiência ali referida e que sejam mais duros na reivindicação do que foram no referido documento.

Relativamente ao aquecimento da escola E.B.2/3-S de Tarouca, disse que apesar de ainda não ser da competência da Câmara Municipal, foi esta que resolveu o problema, uma vez que a DGEST não o resolveu.

Concluídas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por se dirigir ao membro Manuel Leite dos Santos, tendo dito que é uma satisfação tê-lo aqui com saúde.

Quanto aos LEDs, disse que têm vindo a colocá-los, contudo, a CCDRN exigiu que a sua colocação fosse feita por empreitada, o que obrigou a uma alteração do procedimento, esperando que, no final do ano, já estejam colocados em todo o Concelho, para que se possa manter a luz ligada toda a noite.

Relativamente às iluminárias que se encontram desligadas, explicou que isso foi feito pelo anterior Executivo em lugares onde a iluminação supostamente não era necessária, no entanto, se se verificar que a luz faz falta no local, poderá ser pedida a sua ligação.

✓ Ao membro Carlos Alberto Moura Cabral informou que as obras dos Parques Ribeirinhos de Tarouca e Ucanha já iniciaram, nomeadamente no que diz respeito à limpeza e marcações.

Ao membro José António Amaro Nunes explicou que houve efetivamente um concorrente para cada lote da área empresarial que foi colocado à venda, o que entente que foi bom.

Quanto à toponímia e numeração de polícia, disse que, em breve, terão todo o processo concluído, porque também é algo que o preocupa, já que sabe bem que existem muitas reclamações.

Aos membros Rui Fernando Guedes Raimundo e António Luís Carrapa Sarmiento, quanto ao Quadro Comunitário 20/30, disse que todos os Municípios e a própria CIMDouro se têm empenhado bastante na reivindicação de melhores condições para o Interior, tendo sido feitas muitas reuniões com membros do Governo, para que fossem abrangidas obras que são imprescindíveis para o seu desenvolvimento. Contudo, ficaram muito espantados quando constataram que aquelas infraestruturas não constavam daquele plano de investimentos. Por isso, o manifesto de repúdio que foi aprovado na CIMDouro é uma primeira abordagem, esperando que surjam em breve outras formas de reivindicação, pois na sua opinião deviam manifestar-se pessoalmente junto do Governo.

Considera que o Interior tem vindo a ser colocado de lado pelos sucessivos Governos e, mais uma vez, isso se volta a verificar, pois continua a não constar do plano de investimentos o IC26, a linha ferroviária do Douro, entre outras, o qual abrange um período de dez anos, o que entende que é muito tempo e que conduzirá a uma maior desertificação do interior.

No que respeita ao aquecimento da Escola, explicou que, quando teve conhecimento de que os alunos estavam a passar frio, deslocou-se à escola para ver o que se passava, tendo constatado que o que era necessário era ligar um pouco mais cedo o aquecimento. Contudo, o Senhor Diretor da Escola disse que não dispunham de verba para o efeito. Por isso, a Câmara Municipal assumiu a despesa de gaz, apesar de ser uma competência da DGEST.

Interveio de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo que informou que o Executivo definiu uma estratégia em relação às perdas de água, a qual iniciou com um levantamento para saber onde agir primeiro, estando agora a ser formalizada uma candidatura aos fundos comunitários, para o efeito, cujo aviso reabriu em dezembro.

Explicou que a referida candidatura se destina às perdas de água, e que para a reparação das condutas só é possível candidatar cinquenta por cento do valor total daquela candidatura. Esclareceu que para a ERSAR, as perdas correspondem a água não faturada e, por isso, para além das perdas efetivas na conduta, há ainda a água que é fornecida



Fl.

068

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

para as Instituições do Concelho e que não é faturada, a qual também é considerada como perda, para além dos roubos de água.

Explicou ainda que a citada candidatura prevê que, numa primeira fase, sejam selados todos os contadores; de seguida, sejam adquiridos seiscentos novos contadores, para colocar em todas as Instituições, para que a água seja faturada e depois seja dado o respetivo subsídio, passando a água consumida a não ser considerada como perda, e por fim prevê ainda a aquisição de equipamento para detetar perdas na terra, sem ser necessário fazer escavações, cujo total das despesas é de vinte e cinco mil euros. Tendo em conta esta despesa, o Município só poderá apresentar uma candidatura de doze mil e quinhentos euros para a reparação das condutas, de acordo com as regras estabelecidas na candidatura, o que não dará para nada.

Salientou ainda que estamos abaixo da média de perdas dos Municípios do Douro Sul.

Concluiu informando, em relação ao dossier da toponímia, que o passou para a Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, por ser um assunto do seu pelouro, o qual está em bom andamento.

Intervieram de seguida os seguintes membros:

- **Rui Manuel Guedes Raimundo** - Referiu que a toponímia é realmente muito importante, e que se arrasta já há muitos anos. Atualmente, o trabalho já foi apresentado e analisado pelas Juntas de Freguesia. Entende que não é um processo fácil, até do ponto de vista da aceitação por parte das pessoas, por exemplo no que se refere à mudança dos números de polícia.

- **José António Amaro Nunes** - A propósito do quadro comunitário de apoio 20/30, disse que a dinâmica das próprias CIMs é muito importante e diferenciadora, uma vez que é a elas que compete gerir os grandes investimentos, para os Municípios, de acordo com a respetiva dimensão. Deu o exemplo da CIM de Terras de Trás-os-Montes que já tomou posições em concreto sobre a matéria, e que não se deixou ficar apenas por um protesto formal, mas encetou diligências para fazer reuniões com os membros do Governo, isto independentemente de questões políticas, já que é uma CIM liderada por uma Presidente da Câmara eleita pelo Partido Socialista.

Salientou, por isso, que qualquer posição que o Município tome em defesa intransigente do concelho ou da região, reivindicando investimentos para o interior, terá sempre o seu inteiro apoio e dos elementos do Grupo Municipal do PS, tendo em conta o desinvestimento no interior que se tem vindo a verificar, pois o que está em causa são as pessoas e os territórios e não o partido político que está a liderar o Governo.

Intervenção de seguida o Senhor Presidente da Câmara tendo agradecido a disponibilidade manifestada, apesar de ser uma posição que já esperava que acontecesse. Disse ainda que irá informar a CIM da disponibilidade dos membros da Assembleia para se manifestarem sobre o assunto, pois também concorda que apenas um manifesto não chega. Terminadas as intervenções, passou-se à discussão da ordem do dia:

PONTO UM: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU'S) DA SEDE DO CONCELHO, DE UCANHA E GOUVIÃES, DE SALZEDAS, DE S. JOÃO DE TAROUCA E DO OUTEIRO

Presente a proposta relativa aos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU's) da sede do Concelho, de Ucanha e Gouviães, de Salzedas, de S. João de Tarouca e do Outeiro, acompanhada dos respetivos PERU's, aprovados em reunião da Câmara Municipal de dez de janeiro de dois mil e dezanove, os quais foram enviados antecipadamente a todos os membros, cuja proposta a seguir se transcreve:

"PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU's) DA SEDE DO CONCELHO, DE UCANHA E GOUVIÃES, DE SALZEDAS, DE S. JOÃO DE TAROUCA E DO OUTEIRO

PROPOSTA

Na sequência da reunião da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2018, foi aberto, mediante aviso publicado no Diário da República, 2ª série, nº 223, de 20.11.2018 o período de discussão pública, durante 20 dias úteis, relativo aos projetos dos programas estratégicos de reabilitação urbana (PERU'S) da sede do concelho, de Ucanha e Gouviães, de Salzedas, de S. João de Tarouca e do Outeiro, o qual decorreu entre os dias 28 de novembro e 27 de dezembro, não tendo sido recebidas quaisquer reclamações, sugestões ou pedidos de informação sobre os mencionados projetos.

Foram solicitados pareceres ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IRHU), nos termos do nº3 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23.10, que se pronunciou em 05.12.2018, mediante o ofício com a referência nº 806988, o qual, acompanhado dos referidos pareceres aprovados em 05.12.2018, fica anexo a esta proposta.

Nos referidos pareceres conclui-se que *"tendo em consideração a coerência da proposta apresentada para este programa estratégico de reabilitação urbana, o IHRU nada tem a opor à realização da respetiva ORU para a ARU da sede do concelho"*.

Idêntica conclusão consta dos pareceres emitidos relativamente aos PERU's de Ucanha e Gouviães, Salzedas, S. João de Tarouca e Outeiro.



Fl. 063

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

Assim, cumpridas que estão todas as formalidades legalmente previstas, **PROPONHO a V. Exas. que, no uso da competência prevista no nº1 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23.10, na sua redação atual, esta Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes PERU's:**

1. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana da Sede do Concelho;
2. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Ucanha e Gouviães;
3. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Salzedas;
4. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de S. João de Tarouca;
5. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana do Outeiro, documentos que constam em anexo à presente proposta e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido.

Tarouca, 8 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que os PERU's estiveram em discussão pública, não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões. Considera que estes documentos são muito importantes, tendo em conta a necessidade de serem regeneradas as zonas urbanas antigas que se estão a deteriorar.

Explicou ainda que vai ser criado um Gabinete para prestar esclarecimentos e dar apoio aos Municípios no âmbito dos referidos planos, pois entende que o apoio de âmbito burocrático também é muito importante para as pessoas, quer a nível de formulários, quer a nível de projetos, para além da orientação em relação aos incentivos fiscais que estão consagrados.

Intervieram de seguida os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Expressou o seu agrado no que respeita à ideia da criação de um gabinete específico para apoio aos Municípios no âmbito dos PERU's.

Manifestou a sua surpresa relativamente ao valor estimativo, porque se viesse a concretizar-se pelo menos a cinquenta por cento, seria um fator de crescimento e desenvolvimento para o Concelho, uma vez que a construção é um grande motor da economia. Salientou, no entanto, a sua preocupação no que respeita à mão-de-obra na área da construção civil, porque está a diminuir cada vez mais.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que os PERU's são um tema "caro" ao Grupo do Partido Socialista, pois sempre defenderam incentivos às pessoas no sentido de ser melhorado o parque habitacional do Concelho. Disse que conhece bem a nossa realidade, sabendo que há zonas protegidas, em que são feitas muitas exigências a quem quer reconstruir/melhorar os seus edifícios, por isso tudo o que for feito para apoiar os municípios nesse sentido é bom. Considera, por isso, que é vital a aprovação destes documentos estratégicos que visam criar condições para requalificar o tecido urbano, nomeadamente os centros históricos, pois se o Município já requalificou a parte pública desses centros históricos, é importante este passo. Disse ainda que não se pode ficar apenas por este documento, devendo continuar a insistir-se em legislação de incentivo nesta matéria. Deu o exemplo do Programa Solarh, ao qual muitas pessoas recorreram e que os ajudou a reconstruir as suas habitações.

Manifestou a sua concordância com a criação de um gabinete para prestar apoio aos Municípios no assunto.

Disse que apenas não compreendeu qual o motivo de se ter vindo a falar tanto na marca "Vale do Varosa" durante os últimos quatro anos de mandato e agora, nestes documentos, aparecer a marca "Tarouca".

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta, disse que a questão da marca, foi de certeza um lapso.

Quanto à mão-de-obra no concelho, disse que realmente também o preocupa muito a falta de mão-de obra na construção civil, o que entende que a todos deve preocupar. Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar os seguintes PERU's:

1. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana da Sede do Concelho;
 2. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Ucanha e Gouviães;
 3. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Salzedas;
 4. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de S. João de Tarouca;
 5. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana do Outeiro, documentos que constam em anexo à supramencionada proposta e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido.
- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.



Fl. 070
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

PONTO DOIS. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE NOVAS COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, AO ABRIGO DOS DIPLOMAS SETORIAIS QUE CONCRETIZAM O RESPECTIVO QUADRO DE TRANSFERÊNCIA, APROVADO PELA LEI Nº 50/2018, DE 16.08

Presente a proposta de aceitação da transferência de novas competências para os órgãos municipais, ao abrigo dos diplomas setoriais que concretizam o respetivo quadro de transferência, aprovado pela Lei número cinquenta/dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, a qual foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de vinte e quatro de janeiro findo, e enviada antecipadamente a todos os membros, transcrevendo-se a seguir:

"ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE NOVAS COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, AO ABRIGO DOS DIPLOMAS SETORIAIS QUE CONCRETIZAM O RESPECTIVO QUADRO DE TRANSFERÊNCIA, APROVADO PELA LEI Nº 50/2018, DE 16.08

PROPOSTA

A Lei nº 50/2018, de 16.08, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

A transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial, relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado (nº1 do artigo 4º).

Em 27 e 29 de novembro de 2018, foram publicados 9 diplomas que concretizam a referida transferência de competências para os órgãos municipais, estipulando, relativamente ao ano 2019, que os municípios que não pretendam a transferência das mesmas comuniquem esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, no prazo de 60 dias após a sua entrada em vigor.

A DGAL elaborou e remeteu-nos o mapa com os prazos de comunicação das referidas decisões (ver em anexo).

Os prazos de comunicação terminam entre os dias 31.01.2019 e 02.02.2019.

Esta matéria tem vindo a ser objeto de discussão na CIMDouro e com os Senhores Presidentes de Junta.

Assim, **proponho** a V.Exa que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, **delibere propor à Assembleia Municipal**, que no uso da competência prevista na alínea j) do nº2 do artigo 25º e no uso da faculdade prevista no nº2 do artigo 13º; nº2 do artigo 9º, nº2 do artigo 8º, nº2 do artigo 10º, nº2 do artigo 6º e nº2 do

artigo 21º, nº2 do artigo 17º , nº2 do artigo 16º e nº2 do artigo 12º, respectivamente, dos diplomas a seguir indicados, **aceite a transferência para os órgãos municipais das seguintes competências:**

- a) Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, prevista no Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27.11;
 - b) No domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27.11;
 - c) No domínio das vias de comunicação, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28.11;
 - d) No domínio da justiça, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29.11;
 - e) Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29.11;
 - f) No domínio da instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, cujo quadro de transferência de competências é concretizado no Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29.11
 - g) No domínio da habitação, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29.11;
 - h) No domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11; e
 - i) No domínio do estacionamento público, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29.11.
- Paços do Município, 22.01.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia disse que esta transferência de competências lhe parece um processo apressado do Governo, que tem vindo a publicar os diplomas setoriais aos poucos, designadamente, os que vão ser hoje discutidos e alguns ainda nem sequer foram publicados, apesar das competências entrarem em vigor em janeiro de dois mil e dezanove, transitoriamente, passando a definitivas em dois mil e vinte e um.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

Disse ainda que, no caso de não serem aceites as transferências de competências no período transitório, tem de se comunicar à DGAL esse facto no prazo legal.

Referiu que, pela leitura da Lei-quadro, verificou que a aceitação da transferência de competências não carecia de deliberação da Assembleia Municipal, no entanto, quer ele próprio, quer o Senhor Presidente da Câmara entenderam que a Assembleia Municipal se devia pronunciar sobre a matéria. Prosseguiu dizendo que nos diplomas publicados e que estão em apreciação faltam detalhes sobre as contrapartidas financeiras que acompanharão estas transferências de competências. E que, não obstante, este processo estar a ser conduzido de forma apressada pelo Governo e com algumas falhas, os municípios têm de decidir, aceitar as transferências ou adiar a sua aceitação para dois mil e vinte e um, altura em que se tornarão definitivas.

Disse que da análise que fez resulta o seguinte conjunto de pressupostos:

1º A descentralização constitui uma vontade das regiões e dos concelhos do interior;

2º Deve evitar-se politizar a situação;

3º Deve avaliar-se a situação existente, uma vez que a maioria das competências, que estão a ser transferidas, já o Executivo as está a exercer, podendo ser que tenha algumas contrapartidas financeiras ao aderir de imediato;

4º Com a adesão haverá uma preparação atempada para o exercício organizado dessas competências;

5º O Município, estando dentro do processo, poderá contribuir para melhorar algum dos aspetos regulamentados e a regulamentar, designadamente, na clarificação das contrapartidas financeiras.

Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que, tendo em conta que a Câmara Municipal aceitou a transferência de todas as competências, este assunto não necessitava de ser submetido à discussão da Assembleia Municipal, contudo, entendeu que mesmo assim este órgão se devia pronunciar sobre o assunto. Prosseguiu enumerando cada um dos diplomas e explicando as competências que já estão a ser exercidas pelo Executivo, sem qualquer comparticipação do Estado, tendo dado vários exemplos. Por isso, entende que, se estas transferências de competências forem acompanhadas de contrapartidas financeiras, o Município só terá a ganhar, tendo sido por esse motivo que a Câmara Municipal entendeu que as deviam aceitar desde já.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Elogiou a coragem do Senhor Presidente da Câmara para aceitar a transferência

das competências, uma vez que entende que este processo tem sido uma trapalhada.

Referiu que, no que respeita às Freguesias, entende que a maioria não tem capacidade financeira, nem técnica, para aceitar as transferências de competências que estão previstas naquele diploma, não tendo sequer sido contactadas para se pronunciarem sobre o assunto, o que lamentou.

Considera que este projeto faria sentido se fosse articulado com o plano de investimentos para o Interior, o que não aconteceu, como teve oportunidade de referir na sua anterior intervenção, porque lhe parece que o grande interesse do Governo é apenas o de transferir responsabilidades para o poder local, sem as devidas contrapartidas.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que é a favor da descentralização, por entender que esta combateria a desertificação do Interior, contudo é um assunto contraditório, havendo até analistas a referir que há autarquias com tendência a desaparecerem, assim como aconteceu no séc. XIX, quer por razões financeiras, quer por razões de competência técnica.

Disse ainda que, na sua opinião, isto não é uma verdadeira descentralização, porque as Câmaras Municipais já exerciam as competências e, conseqüentemente, já tinham despesas com as mesmas, espera que agora o Estado transfira as verbas necessárias.

Concluiu dizendo que há anos votou contra a regionalização, contudo, hoje, tem uma opinião diferente, porque entende que se calhar com a regionalização teriam resolvido melhor os problemas do Interior. Considera que todos têm de juntar forças para defender o Interior, porque é aqui que vivemos e queremos continuar a ter qualidade de vida.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que ficou maravilhado com as intervenções que o antecederam, porque vai ser proposta a aceitação da transferência de competências.

Contudo, apetecia-lhe sugerir que fosse proposto à Assembleia da República e reclamado junto do governo o início de um processo sério de descentralização inseparável da criação das regiões administrativas, que era uma visão estratégica deste Município há mais de 20 anos.

Considera que as regiões seriam em termos estratégicos muito importantes para resolver os problemas do Interior, e não precisariam de estar aqui agora a discutir a aceitação destas competências. Referiu que a maioria dos países da Europa têm as regiões definidas e participam no Comité Europeu das Regiões, enquanto Portugal está representado por Municípios, sendo uma representatividade muito pequena. Prosseguiu dizendo que em Portugal se optou por criar umas pseudoregiões, com as NUTSII, com características



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

totalmente dispersas, e que efetivamente não têm nada em concreto.

Seguiram-se as uniões de freguesias, contra a vontade da população, por razões meramente financeiras, e possivelmente agora vai fazer-se o mesmo com os Municípios com menos população.

Concorda que o nosso Município não precisa de período de adaptação para aceitar as competências, pois tal como informou o Senhor Presidente da Câmara já as estão a executar sem qualquer compensação financeira. Alertou para a grande questão de fundo deste assunto, que é a necessidade de recuperação financeira dos municípios mais pequenos, porque até em termos de representatividade nas CIMS ou noutras entidades têm muito pouco peso, ficando quase sempre prejudicados por isso. Por isso, entende que o mais importante é defender os interesses do Concelho e da população, sem olhar a partidos políticos.

Concluiu salientando o conjunto de riscos associados à legislação em causa e que foram referidos por Sua Excelência o Presidente da República no ato de promulgação do diploma de transferência de competências, nomeadamente, a questão da sustentabilidade financeira da transferência para as Autarquias Locais; o inerente risco destas transferências poderem ser lidas como mero aligeirar das responsabilidades do Estado; a preocupação com a possibilidade de agravamento das desigualdades entre as Autarquias Locais, uma vez que se vai continuar a privilegiar a dimensão populacional; o facto de se dar apenas atenção às finanças públicas a nível estadual, esquecendo-se das autarquias locais; o afastamento excessivo do Estado em áreas específicas em que seja essencial o seu papel, entendendo que desconcentrar essas competências pode ser grave.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Disse que se identifica com as intervenções que o antecederam, salientando que apesar de não ser obrigatório que discutissem este assunto, entende que é importante que o façam, tendo agradecido aos Senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia o facto de aqui trazerem o assunto.

Referiu que, apesar de todos os problemas que foram apontados, o que pode ver de mais positivo nesta matéria, é o facto de saber que as Autarquias gastam muito melhor o dinheiro do que o Estado Central e por isso todas as verbas que vierem serão de certeza mais bem aplicadas.

Concluiu dizendo que apesar de desconhecer a posição que o Executivo irá tomar em relação aos restantes diplomas, considera que seria importante, mesmo à posteriori, falarem deles em sessão da Assembleia Municipal

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que ficou satisfeito com o que ouviu, sendo também suas as preocupações manifestadas. Salientou a importância de todos estarem cada vez mais unidos na defesa do nosso território, e na melhoria da gestão dos recursos de que dispomos. Relativamente aos restantes diplomas que estão por publicar, sugeriu que sejam aceites tal como aconteceu com estes e que só no caso de a Câmara Municipal entender que o assunto deve ser discutido pela Assembleia, seja convocada uma sessão extraordinária para o efeito.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que irão ser publicados novos diplomas e mesmo que seja pela via da aceitação, serão apresentados numa próxima sessão para serem discutidos, como sugeriu o membro António Luís Carrapa Sarmiento e se houver algum dos diplomas que o Executivo entenda não aceitar, será convocada uma sessão extraordinária.

O membro José António Amaro Nunes perguntou se é necessário proceder à votação desta proposta, tendo em conta que a lei não exige.

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que apesar de na lei não ser exigida a votação no caso de aceitação das competências pela Câmara Municipal, também não a proíbe, por isso, irão proceder à votação da mesma

Terminada a discussão do assunto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aceitar a transferência para os órgãos municipais das seguintes competências, previstas nos diplomas a seguir indicados:

- a) Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, prevista no Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27.11;
- b) No domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27.11;
- c) No domínio das vias de comunicação, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28.11;
- d) No domínio da justiça, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29.11;
- e) Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29.11;
- f) No domínio da instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****2019.02.01**

Integração de Migrantes, cujo quadro de transferência de competências é concretizado no Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29.11

g) No domínio da habitação, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29.11;

h) No domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11; e

i) No domínio do estacionamento público, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29.11.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, o membro Liliana Matias Soares retirou-se da reunião.

PONTO 3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DIVIDA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS A CELEBRAR COM A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, SA", NOS TERMOS DO DEC. LEI Nº 5/2019, DE 14.01

Presente o acordo de regularização de dívida pela prestação de serviços de abastecimento de águas residuais a celebrar com a sociedade "Águas do Norte, SA", nos termos do Dec. Lei nº 5/2019, de 14.01, o qual foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de vinte e quatro de janeiro findo, e enviado antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS A CELEBRAR COM A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, SA", NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 5/2019, DE 14.01

PROPOSTA

Considerando que:

a) A sociedade "Águas do Norte, S.A." é a entidade gestora do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, constituída pelo Decreto-Lei 93/2015, de 29.05, tendo sucedido nos direitos e obrigações da sociedade extinta "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA", entre outras;

b) O Município de Tarouca celebrou com as referidas entidades um contrato de fornecimento de água e de recolha de efluentes;

c) Até esta data ainda não foi possível esta Câmara Municipal pagar importante volume da faturação referente à prestação dos serviços referidos na alínea anterior, situação que é comum a muitos municípios;

d) Atenta esta realidade e tendo em conta os constrangimentos daí decorrentes, nomeadamente, o prejuízo que daí resulta para a sustentabilidade económico-

financeira e a execução do plano de investimentos das entidades gestoras dos referidos sistemas multimunicipais, a Lei do Orçamento do Estado para 2019 (Lei n° 71/2018, de 31.12) prevê no artigo 90° a possibilidade de serem celebrados acordos de regularização das dívidas das autarquias locais, pelo prazo máximo de 25 anos;

e) O Governo aprovou o Decreto-Lei n° 5/2019, de 14.01 (cuja publicação se aguardava desde o início de 2018), o qual entrou em vigor no dia 15.01.2019 e estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas das autarquias locais no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais;

f) *"A estratégia delineada pelo Governo passa, por um lado, por promover uma solução estruturada para as dívidas aos sistemas multimunicipais de águas e saneamento de águas residuais já vencidas e, por outro, por estabelecer mecanismos que assegurem a fiabilidade e a previsibilidade das cobranças dos serviços concessionados.*

*Este regime jurídico encontra-se previsto na lei orçamental e assenta fundamentalmente (i) no alargamento do período de pagamentos até 25 anos dos acordos de regularização das dívidas vencidas e reconhecidas das autarquias locais, serviços municipalizados e serviços intermunicipalizados e empresas municipais e intermunicipais às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água ou saneamento de águas residuais ou entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais e (ii) na possibilidade de cessão desses créditos a terceiros."*¹

g) Foram encetados contactos com a sociedade "Águas do Norte, S.A.", verificando-se a existência de interesse mútuo na celebração de um acordo de regularização de dívida no âmbito do citado diploma,

Proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal:

1° autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do n°1 do artigo 25° do referido diploma e ao abrigo do disposto no artigo 49°, n°s 1 e 2 da Lei n° 73/2013, de 3.09 e dos artigos 3° e seguintes do Decreto-Lei n° 5/2019, de 14.01, , para celebrar com a sociedade "Águas do Norte, SA", com sede em Vila Real, um acordo de regularização de dívida, pelo prazo de 25 anos, até ao montante de € 1.741.921,19(um milhão e setecentos e quarenta e um mil e novecentos e vinte e um euros e dezanove centimos), a que acresce a importância de € 28 563, 51 (que corresponde a 70% dos juros de mora das faturas) e € 4 533,29 (juros

¹ In preâmbulo do Decreto-Lei n° 5/2019, de 14.01



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

que decorrem desde 01.01.2019 até à celebração do acordo), à taxa de juro, nas datas de pagamento de juros que ocorram no ano 2018, correspondente à rentabilidade média diária, no ano de 2017, das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos, acrescida de 1,5 % (um ponto cinco por cento). Nas datas de pagamentos de juros subsequentes, os Juros Comerciais serão contados diariamente e calculados com base na aplicação de uma taxa de juro, correspondente à rentabilidade média diária, nos 12 (doze) meses anteriores, das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos, acrescida de 1,5 % (um ponto cinco por cento), sendo a referida taxa suscetível de revisão nos termos da Cláusula 4.4. da minuta do acordo, e nas demais condições constantes do mesmo;

2º aprovação da minuta do acordo a celebrar e dos respetivos planos de pagamentos, a 25 e 5 anos.

Documentos anexos à presente proposta:

1. Decreto-Lei nº5/2019, de 14.01;
2. Minuta do acordo de regularização de dívida;
3. Anexo I ao acordo (relação das faturas/notas de débito, objeto do acordo);
4. Anexo II ao acordo (plano de pagamentos a 25 anos);
5. Anexo IV (plano de pagamentos a 5 anos);
6. Informação da DAF sobre as normas legais não aplicáveis à celebração do presente acordo;
7. Informação sobre a rentabilidade média das Obrigações do Tesouro; e
8. Informação da Divisão Administrativa e Financeira de conferência das faturas objeto do acordo.

Paços do Município, 22.01.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários, que a passou ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente explicou que este é um acordo que já aguardavam há algum tempo, pois o Orçamento de Estado para dois mil e dezoito já previa este tipo de acordos, contudo, obrigava à publicação de um regulamento que não chegou a ser publicado. O Orçamento de Estado para dois mil e dezanove, veio prever novamente a possibilidade de realizarem acordos, mas sem necessidade de regulamentação. Salientou que este acordo vem resolver um problema do passado/presente, mas também trazer uma solução para o futuro, porque, neste momento, estão a cumprir um acordo que celebraram com as Águas do Norte em dois mil e catorze, no valor de um milhão e setecentos mil euros, pelo prazo de cinco anos, o qual penaliza muito o Município, pois tem de pagar todos os anos cerca de meio milhão de euros, com um valor mensal de trinta e oito mil euros, o que tem

descapitalizado a Autarquia, não permitindo o pagamento da fatura mensal da água, o que leva ao acumular da dívida. Explicou que o acordo em causa será celebrado por um período de vinte e cinco anos, passando a pagar-se o valor de cerca de trinta e um mil euros por trimestre, o que dá um valor aproximado de cento e vinte mil euros por ano, que é um montante muito inferior ao que está a ser pago.

Explicou ainda que este acordo obriga ao pagamento mensal das faturas que se vencem, para além do pagamento das prestações trimestrais, e ainda de uma garantia correspondente ao valor de duas prestações trimestrais. Os juros serão na ordem dos dois por cento.

Concluiu dizendo que não há outra forma de resolver este problema da dívida às Águas do Norte, que persiste há alguns anos, uma vez que têm vindo a pagar muitas dívidas anteriores.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que da análise da minuta do contrato ficou com dúvidas sobre a garantia a prestar, uma vez que se refere a penhora das contas bancárias, o que em caso de incumprimento poderia provocar o bloqueio das contas da Autarquia.

Perguntou ainda se a dívida em litígio está contemplada neste acordo.

Considera que esta é uma forma de resolver este problema, esperando que seja uma boa medida, uma vez que pressupõe um esforço muito grande da Autarquia, tendo em conta a sua grande falta de liquidez e que os acordos são para cumprir.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que este acordo é uma inevitabilidade, estando-se só a resolver metade do problema, por causa do valor em litígio.

Referiu que lhe parece que este é um daqueles acordos, que não é um verdadeiro acordo, porque um acordo pressupõe duas vontades, o que neste caso não acontece. Entende que se trata de uma imposição da vontade do Estado, que até já vem com a minuta do acordo a celebrar e com a exigência de garantias superiores ao que a banca exige, para além de estar sujeito ao visto do Tribunal de Contas.

Interveio novamente o Senhor Vice-Presidente tendo esclarecido que se trata apenas de uma conta bancária, que terá de ter sempre um saldo correspondente a duas prestações trimestrais e que no caso de não ter esse saldo será bloqueada.

Lamentou que o SNC/AP não se aplique ainda aos Municípios no corrente ano, porque transmitiria uma imagem completamente diferente da respetiva realidade.

Disse ainda que o anterior acordo foi celebrado em dois mil e dezasseis, porque havia a indicação de que existiria a possibilidade de ser posteriormente celebrado um outro acordo a vinte e cinco anos, mas que só contemplaria as dívidas com acordo, o que não veio a acontecer.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

Disse ainda que, no final do ano, lhes foi apresentado pela ANMP o anteprojeto do Decreto-Lei nº5/2019, tendo contribuído com um conjunto de alterações, que permitiram melhorar um pouco o mesmo, senão ainda teria piores regras, pois o Estado não confia nos Municípios e por isso exige este conjunto de garantias. Acrescentou que há Municípios do Douro Sul que não vão conseguir celebrar este acordo, por causa da imposição de que todas as faturas vencidas estejam pagas até à data da respetiva celebração, e que se sujeitam a ser colocados em contencioso pela empresa.

Quanto à questão de estarem a onerar as gerações futuras, disse que isso não aconteceria se não tivessem tido de pagar as dívidas que já vinham do anterior mandato, porque teriam conseguido cumprir o pagamento das faturas que se iam vencendo.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

1º - Autorizar, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do referido diploma e ao abrigo do disposto no artigo 49º, nºs 1 e 2 da Lei nº 73/2013, de 3.09 e dos artigos 3º e seguintes do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14.01, a celebração com a sociedade "Águas do Norte, SA", com sede em Vila Real, de um acordo de regularização de dívida, pelo prazo de 25 anos, até ao montante de € 1.741.921,19 (um milhão e setecentos e quarenta e um mil e novecentos e vinte e um euros e dezanove cêntimos), a que acresce a importância de € 28 563, 51 (que corresponde a 70% dos juros de mora das faturas) e € 4 533,29 (juros que decorrem desde 01.01.2019 até à celebração do acordo), à taxa de juro, nas datas de pagamento de juros que ocorram no ano 2018, correspondente à rentabilidade média diária, no ano de 2017, das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos, acrescida de 1,5 % (um ponto cinco por cento). Nas datas de pagamentos de juros subsequentes, os Juros Comerciais serão contados diariamente e calculados com base na aplicação de uma taxa de juro, correspondente à rentabilidade média diária, nos 12 (doze) meses anteriores, das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos, acrescida de 1,5 % (um ponto cinco por cento), sendo a referida taxa suscetível de revisão nos termos da Cláusula 4.4. da minuta do acordo, e nas demais condições constantes do mesmo;

2º- Aprovar a minuta do acordo a celebrar e dos respetivos planos de pagamentos, a vinte e cinco e cinco anos, documentos que constam em anexo à supramencionada proposta e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas e cinquenta minutos foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezoito horas, com a presença dos mesmos membros, com exceção do membro Liliana Matias Soares.

Passou-se de imediato à discussão do

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS DENOMINADA "ÁGUAS DO DOURO SUL - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS"

Presente o pedido de autorização para constituição da Associação de Municípios de fins específicos denominada "Águas do Douro Sul - Associação de Municípios", aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de vinte e quatro de janeiro findo, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS DENOMINADA

"ÁGUAS DO DOURO SUL- ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS"

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Considerando que

- A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, contempla a possibilidade de constituição das associações de municípios de fins específicos;

- A deliberação dessa constituição compete aos órgãos executivos colegiais dos municípios, ficando a eficácia do acordo constitutivo, que define os seus estatutos, dependente da aprovação pelas respetivas Assembleias Municipais;

- As associações de municípios de fins específicos constituem-se por contrato, nos termos previstos na lei civil, sendo outorgantes os presidentes dos órgãos executivos dos municípios envolvidos;

- Os estatutos das associações de municípios de fins específicos devem especificar, entre outros os direitos e obrigações dos municípios associados, as condições da sua saída e exclusão e da admissão de novos municípios, bem como os termos da extinção da mesma e da consequente divisão do seu património;

- Considerando que o Programa do XXI Governo Constitucional, em particular relativamente à integração do ciclo urbano da água e à sua articulação com as estratégias de desenvolvimento e gestão territoriais, bem como a iniciativa "Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos da Água" em linha com o preconizado no "PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais", estabelecem a possibilidade de acesso a fundos e incentivos da União Europeia;



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

- Considerando que o acesso aos fundos e incentivos da União Europeia pressupõe a agregação dos sistemas dos municípios interessados em apresentar candidaturas.

- Considerando a necessidade de resolução eficaz dos problemas de infraestruturação e gestão dos serviços de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas junto dos utilizadores finais, como as respostas aos desafios das alterações climáticas.

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos é uma atribuição dos municípios e pode ser por eles prosseguida isoladamente ou através de associações de municípios, mediante sistemas intermunicipais, sendo estas as entidades titulares da gestão dos respetivos sistemas municipais;

- Considerando o resultado favorável dos estudos de viabilidade económico-financeira realizados à agregação de municípios na gestão daqueles serviços numa única entidade;

- Considerando a necessidade de uma maior flexibilidade no ajustamento dos tarifários a praticar junto dos utilizadores finais, tendo em conta a criação de um sistema territorialmente integrado;

- Considerando que a livre escolha da constituição de uma associação municipal de fins específicos em questão pressupõe cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados,

Proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal a autorização prevista na alínea u) do nº1 do artigo 25º do referido para:

- A constituição da uma associação municipal de fins específicos que tem como fim e objecto exclusivo a exploração e a gestão dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para o consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais, nas áreas dos Municípios associados, e integrando como utilizadores originários os referidos Municípios; e

- A aprovação dos estatutos da referida associação, "Águas do Douro Sul - Associação de Municípios", doravante, Águas

do Douro Sul ou Associação que durará por tempo indeterminado, de acordo com documento anexo;

- A aprovação da minuta preliminar de contrato interadministrativo de atribuição de titularidade dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para o consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais entre o Município e a Associação.

Mais proponho que esta Câmara Municipal delibere o envio dos estatutos e contrato interadministrativo à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos das alíneas k) e u) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como ato integrativo da eficácia do acordo constitutivo da mesma.

Documentos anexos à presente proposta, para além dos atrás indicados:

- a) Estudo de viabilidade económico e financeiro;
- b) Anexos I (fichas de caracterização);
- c) Anexos II (balanço previsional e outros);
- d) Aviso POSEUR-2017;
- e) Anexos IV (formação do tarifário de Abastecimento de Água e de Saneamento)

Paços do Município, 22 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários, que a passou ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente disse que este é um assunto de grande responsabilidade que não se encerra com esta aprovação, e que entende que deve ser bastante discutido. Referiu que a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul iniciou o estudo de viabilidade económica e financeira da Associação de Municípios em causa em dois mil e dezasseis, o qual está agora a terminar de forma forçada, pelos motivos que a seguir apresentou.

Explicou que a situação atual é a seguinte:

- Défice de exploração muito elevado nos dez municípios do Douro-Sul, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca e Vila Nova de Foz Côa, ou seja, é superior a cinco mil e quinhentos milhões de euros por ano;
- Água não faturada (incluindo perdas) de valor aproximado de sessenta por cento do total;
- Inexistência de fundos comunitários que permitam alavancar investimentos orientados para entidades titulares e gestoras não agregadas (por ex. municípios), ou seja, os municípios só poderão apresentar qualquer candidatura se estiverem agregados.
- Tarifários desconformes com as recomendações da ERSAR e em desconformidade com o n.º 1 do art. 21º da Lei das



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

Finanças Locais, que fixa a obrigatoriedade de preços que permitam a recuperação de custos, o que não está a ser cumprido atualmente, dado o défice suprarreferido.

Explicou que o Município de Tarouca tem um gasto de 320 164 metros cúbicos de água, cuja tarifa média atual é de 1,08 por cada metro cúbico, e para garantir o previsto no citado artigo a tarifa de sustentabilidade deveria ser de 1,35, por isso aqui existe logo um défice de 0,27. Disse ainda que o mesmo acontece no tratamento de águas residuais, cuja tarifa média é de 0,98, devendo a tarifa de sustentabilidade ser de 2,44, verificando-se um défice de 1,45, ora no total existe um défice de 1,73 em cada metro cúbico, o que dá um défice de exploração atual de 443.519,76, ou seja é o valor que não conseguimos cobrir com os preços que temos. Acrescentou que em comparação com outros Municípios do Douro Sul o nosso défice é bastante inferior ao deles.

Como oportunidades referiu as seguintes, e que obrigaram a terminar este estudo um pouco mais depressa:

- Abertura de candidaturas no âmbito do "Aviso" destinado ao Ciclo Urbano da Água (CUA) - Operações promovidas (exclusivamente) por entidades gestoras agregadas que permite ao conjunto de municípios do Douro Sul obter financiamento (85%) de um total de investimento elegível de 19 a 25 milhões de euros, o que sem a agregação não é possível.

- Elevação da qualidade do serviço prestado em consequência dos ganhos de eficiência e eficácia decorrentes da agregação e de mecanismos de perequação e solidariedade entre os associados.

Prosseguiu dizendo que é o seguinte o modelo preconizado para a constituição da Associação:

- Associação de municípios de fins específicos (entidade de direito público);

- N° de municípios associados: 10 (Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca e Vila Nova de Foz Côa);

- Unidades de participação 40%, distribuídas uniformemente e 60% distribuídas em proporção da população (n° de alojamentos);

- Financiamento do investimento inicial: é garantido 85% financiamento comunitário, 15% através da contração de empréstimo de longo prazo que não releva para a dívida total dos municípios associados.

Apresentou ainda as unidades de participação para todos os Municípios, verificando-se que a quota atribuída ao Município de Tarouca é de 10%.

Quanto aos pressupostos e salvaguardas, disse que são os seguintes:

- Período de convergência tarifária de 5 anos - período durante o qual a diferença entre a tarifa média atual deve convergir para a tarifa de convergência decorrente da agregação, como regra inferior à tarifa de sustentabilidade em situação de não agregação;

- Durante os 5 anos de convergência a quota de funcionamento corresponde a 50% do resultado da Associação, quando negativo, e será repartido por cada município em proporção do prejuízo que lhe seja imputado diretamente. Ou seja, o contributo de cada município será sempre materialmente inferior àquele que resultaria da cobertura do atual déficit de exploração em situação de não agregação;

- Fixou-se ainda que, anualmente, deve ser indicada, até final de abril do exercício económico seguinte àquele a que diz respeito, a validade dos pressupostos que suportaram o estudo de viabilidade e efetuados os ajustamentos necessários em função dos resultados efetivamente obtidos. Apresentou ainda a estimativa da quota de funcionamento para todos os Municípios.

Disse ainda que a quota de funcionamento em termos de estimativa para dois mil e dezanove é no valor de €139.276,12, o qual diminuirá nos três anos seguintes.

Interveio o membro Carlos Alberto Moura Cabral tendo dito que estando a nossa população a decrescer e os consumidores a diminuir, não compreende porque se prevê sete por cento ao ano de crescimento. Perguntou se esse aumento resulta do aumento de preços.

Disse ainda que se devem ter em atenção os pressupostos, porque podem ser diferentes

O Senhor Vice-Presidente explicou que o crescimento que está previsto nos primeiros anos, se refere ao preço da convergência que vai aumentar até dois mil e vinte e quatro, o que não onerará tanto o utente, como aconteceria se isso fosse feito isoladamente, para cobrir o prejuízo.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação do plenário, tendo sido deliberado por maioria de dezassete votos a favor e uma abstenção do membro Carlos Alberto Moura Cabral o seguinte:

1 - Autorizar a constituição da uma associação municipal de fins específicos que tem como fim e objeto exclusivo a exploração e a gestão dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para o consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais, nas áreas dos Municípios associados, e integrando como utilizadores originários os referidos Municípios; e

2 - Aprovar os estatutos da referida associação, "Águas do Douro Sul - Associação de Municípios", doravante, Águas do Douro Sul ou Associação que durará por tempo indeterminado, de acordo com documento anexo;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

3 - Aprovar a minuta preliminar de contrato interadministrativo de atribuição de titularidade dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para o consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais entre o Município e a Associação; e

4 - Aprovar os estatutos da mencionada associação "Águas do Douro Sul - Associação de Municípios e o contrato interadministrativo, nos termos das alíneas k) e u) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como ato integrativo da eficácia do acordo constitutivo da mesma, documentos que constam em anexo à supramencionada proposta e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido.

O membro Carlos Alberto Moura Cabral ditou a seguinte declaração de voto:

"Abstive-me porque não está clara a viabilidade da situação."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO CINCO. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019

Presente a proposta de primeira Revisão ao Orçamento da receita e da despesa e às Grandes Opções do Plano para dois mil e dezanove, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019

PROPOSTA

Considerando:

a) a necessidade, superveniente à aprovação do orçamento para o ano 2019, de criar a rubrica da receita "150101 - Reposições não abatidas nos pagamentos", em virtude de se prever a arrecadação da mesma no corrente ano;

b) que o projeto de "Substituição de Luminárias Convencionais por Tecnologia Led" será executado por empreitada, após aprovação da respetiva candidatura aos fundos comunitários;

c) que os estatutos da futura associação "Águas Douro Sul - Associação de Municípios" preveem que a participação dos seus associados será representada por unidades de participação, sendo necessário incluir a respetiva despesa nos documentos previsionais para o corrente ano,

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do referido

diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais para o ano **2019**, cujos mapas se anexam:

* 1ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta reforços no montante de € 234 500, na rubrica 10030307 - Estado- Participação Comunitária em Projetos Co - Financiados e inscrição da rubrica 150101- Reposições Não Abatidas nos Pagamentos, no montante de € 500,00;

* 1ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 325 000,00 e anulações no montante de € 90 000,00;

* 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, com a inclusão da ação "Substituição de Luminárias Convencionais por Tecnologia Led" associada à rubrica "07010404", no valor de € 275 000; e

*1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão do projeto "Águas Douro Sul" associado à rubrica "090808", no valor de € 50 000.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Paços do Município, 22.01.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários, que a passou ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente explicou que esta revisão teve de ser feita por causa da necessidade de ter de ser executada por empreitada a colocação dos LEDS no Concelho e ainda pela participação na futura associação "Águas Douro Sul - Associação de Municípios".

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Perguntou se o valor de cinquenta mil euros tem de ser realizado já ou se tem diferimento no tempo.

- **José António Amaro Nunes** - Perguntou se antes da aprovação do Orçamento e das GOP para dois mil e dezanove não eram previsíveis estas duas situações.

O Senhor Vice-Presidente explicou que não está definido o tempo para ser realizado o montante de cinquenta mil euros, prevendo que será no máximo de um ano.

Explicou ainda que, na altura da aprovação das GOP e do Orçamento, estava prevista a aquisição dos LEDS como equipamento, contudo, em janeiro, receberam o entendimento de que este investimento tinha de ser realizado por empreitada.

Relativamente aos cinquenta mil euros, explicou que até catorze de janeiro não estava fechado o estudo de



Fl. 079
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

viabilidade da Associação, por isso era impossível prever o montante a pagar.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar os seguintes documentos:

* 1ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta reforços no montante de € 234 500, na rubrica 10030307 - Estado- Participação Comunitária em Projetos Co - Financiados e inscrição da rubrica 150101- Reposições Não Abatidas nos Pagamentos, no montante de € 500,00;

* 1ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 325 000,00 e anulações no montante de € 90 000,00;

* 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, com a inclusão da ação "Substituição de Luminárias Convencionais por Tecnologia Led" associada à rubrica "07010404", no valor de € 275 000; e

* 1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão do projeto "Águas Douro Sul" associado à rubrica "090808", no valor de € 50 000.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO SEIS. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL RESPEITANTE À INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE ENGARRAFAMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, NO LUGAR DA SAISSA, EM VÁRZEA DA SERRA, PELA EMPRESA "WR-WATER RESOURCES, LDA"

Presente o pedido de reconhecimento de interesse público municipal respeitante à instalação de uma unidade industrial de engarrafamento de água mineral natural, no lugar da Saissa, em Várzea da Serra, pela empresa "WR-WATER RESOURCES, LDA", aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros para apreciação e a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE DECISÃO

INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE ENGARRAFAMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL

Processo: 137/18

Requerente: WR-WATER RESOURCES, LDA

Local: Lugar da Saissa - VÁRZEA DA SERRA

Presente um requerimento em nome de WR WR-WATER RESOURCES, LDA, com sede na Rua General Humberto Delgado, n° 425, 1° Esquerdo, 3030-327 Coimbra, representada por Cláudio Jorge Nogueira Santos, na qualidade de procurador, solicitando a emissão de **Certidão de Reconhecimento de Interesse Público Municipal**, para a instalação de uma Unidade Industrial de

Engarraamento de Água Mineral Natural, a que corresponde o processo n° 137/18

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre o Reconhecimento de Interesse Público Municipal, nos termos e para efeitos de viabilização da operação pelo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (Decreto Lei n° 166/2008 de 22 de Agosto, na sua atual redação), para a instalação supra referida em solo da REN, tendo em conta o investimento privado como de interesse para o concelho e como fator de desenvolvimento económico, nos termos dos documentos constantes do processo, garantindo o cumprimento dos regimes aplicáveis ao respetivo projeto, a submeter a decisão da Assembleia Municipal.

Tarouca, 21 de janeiro de 2019

A Vereadora do Pelouro,

a) Susana Cristina Dias Pereira

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que se trata de uma empresa que já possui todos os estudos técnicos indispensáveis para a realização do empreendimento, contudo, uma parte do projeto, está inserido em área em REN. Necessita, por isso, de conseguir o reconhecimento de interesse público, para obter os pareceres das entidades competentes.

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que ninguém é contra os investimentos no concelho, contudo sugeriu a criação de um regulamento para definição de critérios objetivos para o reconhecimento do interesse público, de forma a precaver situações futuras.

- **José António Amaro Nunes** - Explicou que este pedido tem a ver com o facto de o terreno estar em área de REN. Concordou com o que disse o anterior membro, relativamente à criação de um regulamento para o efeito.

Disse ainda que apesar de entender que a proposta apresentada não está bem fundamentada, uma vez que deveria conter concretamente os interesses para o Município, tal como aconteceu noutros pedidos anteriores, concorda com este reconhecimento.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que concorda plenamente com este reconhecimento e com a proposta de regulamento, que não deve ser impeditivo dos empreendedores avançarem, conforme vem sendo objetivo do Executivo.

Interveio de seguida **o Senhor Presidente da Câmara** tendo dito que concorda com a proposta de criação de um regulamento, que não venha criar entraves aos investimentos, porque Tarouca necessita de pessoas que invistam no Concelho.



Fl. 080

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade reconhecer o interesse público municipal na execução da operação urbanística de construção de uma unidade industrial de engarrafamento de água mineral natural, a que se refere o processo nº 137/18, em que é requerente a sociedade "WR-WATER RESOURCES, LDA, que incide sobre o prédio rústico sito no lugar de Saissa, freguesia de Várzea da Serra, concelho de Tarouca, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1845º e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 18 de 17.01.1990, com a implantação constante da planta em anexo à proposta, nos termos e para efeitos de viabilização pelo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (Decreto Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto, na sua atual redação) da referida instalação em solo da REN, tendo em conta o investimento privado como de interesse para o concelho e como fator de desenvolvimento económico, nos termos dos documentos constantes do processo, garantindo o cumprimento dos regimes aplicáveis ao respetivo projeto. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO SETE. ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DOURO II DOURO SUL (ALÍNEA B) DO N.º 1, DO ART. 31.º, DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22.02)

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que integra o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul um representante da Assembleia Municipal e que no anterior mandato era o membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, não tendo ainda sido designado nenhum elemento no atual mandato.

Procedeu-se de seguida à eleição, por escrutínio secreto, de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Douro II Douro Sul, nos termos da alínea b) do nº 1, do art. 31.º, do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22.02.

O Grupo Municipal do PSD propôs o membro Tiago José Gomes Ildefonso.

Não tendo sido apresentadas outras propostas, procedeu-se à votação por escrutínio secreto da proposta do Grupo Municipal do PSD.

Foi obtida a seguinte votação: dezoito votos a favor e um voto em branco.

Foi assim eleito o membro Tiago José Gomes Ildefonso, para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Douro II Douro Sul.

Interveio o membro Tiago José Gomes Ildefonso tendo dito que é com orgulho que abraça esta nova função, pois a saúde

cada vez está pior no Interior do País, tendo dado o exemplo de Lamego que atualmente tem um belo Hospital, mas que está despido de camas, que não dá a resposta que a população precisa.

Disse ainda que apesar do Conselho da Comunidade não ser um órgão com grande voz, tentarão mudar pequenas coisas importantes para a população.

Referiu que, no anterior mandato, quando aquele Conselho foi presidido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tarouca, se conseguiu, por exemplo, a marcação de consultas online, o que foi muito bom para a população.

Concluiu dizendo que espera fazer o melhor pelos Tarouquenses, agradecendo à Assembleia Municipal pelo voto de confiança.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO OITO. DECLARAÇÕES EMITIDAS AO ABRIGO DO N° 1 DO ART. 15° DA LEI N° 8/2012, DE 21.02

Presentes as seguintes declarações emitidas ao abrigo do número um do artigo quinze da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, das quais foi tomado conhecimento em reunião da Câmara Municipal de vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, e que foram remetidas com a devida antecedência a todos os membros e serão transcritas em ata:

- a) declaração dos compromissos plurianuais existentes a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito;
- b) declaração dos recebimentos em atraso existentes a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito;
- c) declaração dos pagamentos em atraso existentes a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários, que a passou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara explicou os valores constantes das declarações.

Foi tomado conhecimento das presentes declarações.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO NOVE - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 28.11.2018 A 22.01.2019

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal datada de quinze de



Fl. 081

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2019.02.01

dezembro de dois mil e dezassete, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de dois mil e dezoito, reportada ao período de vinte e oito de novembro de dois mil e dezoito a vinte e dois de janeiro de dois mil e dezanove, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 28.11.2018 A 22.01.2019

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 31.12.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 28.11.2018 A 22.01.2019		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	110.976,59€	2.028.844,16€
2020	16.800,00€	533.498,64€
2021	14.000,00€	387.013,60€
2022	0,00€	13.670,13€
2023	0,00€	10.648,41€
2024	0,00€	150.722,15€
Total	141.776,59	3.124.397,09€

No ano 2019, no período de 01.01.2019 a 22.01.2019 não foram assumidos novos compromissos com encargos plurianuais.

Paços do Município, 22.01.2019.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Não houve intervenções.

Foi apreciada e tomado conhecimento da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de vinte e oito de novembro de dois mil e dezoito a vinte e dois de janeiro de dois mil e dezanove.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO DEZ - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO

MUNICÍPIO, DA RESPETIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Prêseste a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09), a qual será arquivada sob o número dezasseis, do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

Interveio o membro Rui Fernando Guedes Raimundo tendo agradecido ao Senhor Presidente da Câmara a colocação de um novo pavimento na Repartição de Finanças de Tarouca, apesar de ser uma competência do Ministério das Finanças, que não mostrou disponibilidade para o fazer, contudo teve de lhe ser pedida autorização para a realização das obras, o quê entende que é caricato.

O Senhor Presidente da Câmara concordou com o caricato da situação, o que vem confirmar a sua posição relativamente à transferência de competências do Estado.

Foi tomado conhecimento da presente informação.

O Senhor Presidente da Assembleia, terminada a discussão, desejou a todos a continuação de um bom ano, com muito sucesso e saúde.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ana Maria Guano Borges*, Técnica Superior, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

